

OS IMPASSES DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 17.05.1983

O impasse em torno da sucessão presidencial vai ficando cada vez mais claro. O deputado Paulo Maluf já foi vetado pelo presidente da República, que, neste ponto, representa o sentimento da sociedade, mas continua impávido na campanha. Tem todo o direito, dadas as regras do jogo. Se o Colégio Eleitoral que elegerá o novo presidente é ilegítimo, porque não ser ilegítimo também o candidato?

Os candidatos palacianos, por sua vez, revezam-se no cortejo do próprio presidente e dos empresários. Em última análise, são tão ilegítimos quanto o Sr. Paulo Maluf, porque obviamente o apoio deste ou daquele grande empresário, geralmente fortemente dependente dos favores e das decisões do Estado, não lhes dará legitimidade.

Só tem legitimidade quem tem o apoio da sociedade civil, ou seja, da sociedade organizada e ponderada de acordo com as classes e frações de classe, entre as quais o poder se encontra desigualmente distribuído. O povo é a soma dos cidadãos iguais perante a lei. A sociedade civil é a somatória de desiguais, em que as classes ou frações de classes mais poderosas têm um peso maior.

Por outro lado, só tem representatividade quem tem o apoio do povo. Em uma democracia plena representatividade e legitimidade se igualariam, porque povo e sociedade civil corresponderiam um ao outro.

No Brasil, que está longe de ser uma democracia plena, o mínimo que se pode exigir de um governante é que tenha legitimidade perante a sociedade civil.

No quadro político atual, é óbvio que nenhum candidato eleito pelo Colégio Eleitoral terá legitimidade, muito menos representatividade. E sem legitimidade, não governará. Apenas manterá as aparências de que governa, enquanto o país se afunda na crise.

Hoje é exatamente isto o que está ocorrendo. Só há uma aparência de governo no país. E por isso o impasse da sucessão presidencial torna-se ainda mais grave. O pressuposto é

de que o candidato será definido pelo presidente João Figueiredo. Mas poucos são os indícios de que ele tenha, de fato, esse poder.

É certo que, a continuarem as regras do jogo como estão, a Convenção do PDS, deverá no próximo ano escolher um candidato seja como for. Mas, se chegarmos até es-se ponto, que poder terá depois esse candidato para governar, se lhe falta aquele mínimo de legitimidade?

Nesse quadro compreende-se que o presidente João Figueiredo afirme que, se a crise e o impasse forem muito grandes, examinará a hipótese da sua reeleição. Compreende-se também que o governador Brizola e outros membros da oposição admitam a reeleição por dois anos do presidente em troca de eleições diretas.

Mas quando se fala em eleições diretas surge um novo tipo de impasse: o medo de Brizola. Um pouco por má fé, um pouco por medo legítimo, as classes dominantes e o PDS construíram o “fantasma Brizola”, que seria imbatível em eleições diretas para a presidência. Não quero discutir aqui este segundo impasse, mas é preciso admitir que as eleições diretas possam permitir a eleição de um candidato sem legitimidade perante a sociedade civil.

Nesse quadro de duplo impasse, a reeleição do Presidente por mais dois anos em troca de eleições diretas somadas ao parlamentarismo é claramente uma solução imaginosa e realista. Mas essa alternativa não conta ainda com o apoio da própria sociedade civil, a qual, vítima do pensamento autoritário brasileiro, ainda não se mostrou capaz de ver outro regime senão o presidencialista.(17/05)